



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**30ª CIMEIRA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DOS PAÍSES MEMBROS DO  
MECANISMO AFRICANO DE REVISÃO DE PARES (MARP)**

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, NO ÂMBITO DA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE  
PROGRESSO DO MARP**

**FORMATO VIRTUAL, 25 DE MARÇO DE 2021**

**Senhores Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros do MARP;**

**Senhor Presidente do Fórum de Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros do MARP;**

**Senhor Presidente da União Africana;**

**Digníssimos Membros do Painel de Personalidades Eminentes;**

**Ilustres Convidados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores;**

Começo por saudar e felicitar aos meus Pares pela presença, mesmo em formato virtual, e pelo empenho demonstrado ao longo destes anos de existência do MARP.

Saúdo, igualmente, aos Membros do Painel de Personalidades Eminentes do MARP pela sua valiosa contribuição na condução dos processos de auto-avaliação, imparcialidade e liderança exemplar e responsável que permite identificar os constrangimentos ao desenvolvimento de cada país participante nesta plataforma.

**Caros pares;**

Com elevada honra partilhamos os progressos alcançados pelo nosso país na implementação das recomendações saídas da 2ª Avaliação feita em 2018, e os desafios que persistem nas diferentes áreas de intervenção do Mecanismo, bem assim as perspectivas para melhorar o que está menos bem.

O nosso Relatório de Progressos cobre o **horizonte temporal de 2018 a 2020**, documenta acções implementadas nas quatro áreas temáticas do Mecanismo:

**(i) Democracia e Governação Política,**

**(ii) Gestão e Governação Económica,**

(iii) **Governança Corporativa e**

(iv) **Desenvolvimento Socio-económico.**

No período em análise, registámos no país progressos encorajadores, sem descurar os desafios que atravessámos, como por exemplo os Ciclones IDAI e KENNETH, 2019, que assolaram o nosso país num espaço de seis semanas entre si.

Estes desastres naturais causaram mortes e destruição de infraestruturas e culturas agrícolas. Enquanto ainda nos refazíamos destes fenómenos cíclicos, fomos assolados por chuvas e ventos fortes, descargas atmosféricas, inundações localizadas e o Ciclone **Chalane**, em **Dezembro de 2020** que provocaram igualmente, mortes e destruição de infraestruturas económicas e sociais.

(i) No domínio da **Democracia e Governança Política** gostaríamos de partilhar que:

- No quadro dos entendimentos no diálogo político adoptámos um novo modelo de governação descentralizada que suscitou a revisão pontual da Constituição e viabilizou a realização de eleições em (53 municípios) autárquicas de 2018 e as eleições gerais de 2019. A nota dominante foi a eleição, pela primeira vez, de Governadores provinciais, reforçando assim o poder das populações locais de decidirem sobre os seus líderes e programas;
- No âmbito da consolidação da Paz, estamos a implementar o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado em Agosto de 2019, e testemunhada pela União Africana, com base no qual estamos a proceder ao Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de elementos armados residuais da Renamo.
- No que tange ao acesso à justiça, a nossa atenção incide na expansão territorial das instituições e serviços de promoção e assistência judiciária, mas também na melhoria da qualidade e celeridade processual na administração da justiça. Neste sentido iniciámos um programa de construção e apetrechamento de tribunais em todos os Distritos, numa iniciativa presidencial, Um Distrito um Edifício da Justiça;

- Continuamos empenhados na reforma da Administração Pública e promoção da transparência na gestão da coisa pública. Graduámos e capacitámos dirigentes, funcionários e agentes do Estado em matéria de governação no uso de tecnologias de informação e comunicação. Procedemos à promoção e mudanças de carreiras de funcionários para aumentar a sua motivação e melhoria no desempenho;
- Estabelecemos um quadro legal e institucional que é amplamente reconhecido como sendo um dos mais progressistas e sólidos na região, sobretudo na protecção e promoção da mulher e equidade de género. Ratificámos as principais Convenções internacionais sobre mulher, tais como o Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os direitos das mulheres em África, protocolo, também, conhecido como Protocolo de Maputo e o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento;
- Demos, ainda, um importante passo em torno da prevenção e erradicação do comércio ilícito de armas convencionais e munições, ao depositar em 2018 os instrumentos de ratificação do mesmo;

#### **Distintos Colegas;**

(ii) Na **Governança e Gestão Económica**, apesar de factores internos e externos adversos, encetámos reformas nas Finanças Públicas e alguma melhoria nas relações entre o Governo e os principais Parceiros de Cooperação devido ao resgate da confiança junto do mercado financeiro.

- Como corolário, o volume do apoio ao desenvolvimento dos Parceiros de Cooperação aumentou, viabilizando o arranque de programas estruturantes, com destaque para o Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais (SUSTENTA), visando aumentar o rendimento de famílias rurais. Em resultado das acções empreendidas, a campanha agrícola 2019/2020 registou um crescimento real de 3%, em contraponto à tendência da conjuntura.

- Estes resultados manifestam-se pela inclusão de cerca de 80% das famílias Moçambicanas na geração de rendimentos, assim como na inversão da balança comercial de alguns produtos de maior consumo, no quadro do nosso objectivo nacional de “FOME ZERO” em conformidade com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de erradicar a fome até 2030;
- Realizámos investimentos substanciais em infraestruturas seguras de abastecimentos de água no âmbito do Programa Água Para a Vida (PRAVIDA), tendo sido beneficiadas mais de **um milhão e 100 mil** pessoas, aumentando a cobertura de 55% em 2018 para 62% em 2020, a par de melhorias no saneamento e armazenamento de água, o que aumentou a capacidade de irrigação na agricultura, com impacto positivo na produção;
- Nas **estradas e pontes** reabilitámos, asfaltámos estradas e construímos novas pontes, em todo país. No quadro do “PROGRAMA DE ESTRADAS RURAIS” iniciámos a reabilitação e manutenção de **3.670 km de Estradas Rurais em 10 Distritos**, com grande potencial agrícola e pesqueiro;
- No âmbito do acordo Universal à Energia até 2030, expandimos a nossa rede de electricidade, tendo-se eliminado a taxa de ligação exigida às famílias que pretendem dispor de energia eléctrica pela primeira vez permitindo que cerca de **um milhão e 450 mil** pessoas tivessem acesso à energia pela primeira vez.
- Para além de termos concluído com a iluminação das sedes de todos os distritos ao longo do país, num ambiente de transição para energias mais limpas e renováveis, cumpre-nos salientar e partilhar o nosso Programa de Leilões de Energias Renováveis (PROLER), para a construção de centrais solares ao longo do país;
- Entraram em funcionamento 143 unidades industriais com ênfase para as indústrias alimentar de agro-processamento visando a substituição de importações e aumento de exportações, com mais realce para a castanha de cajú, o arroz, o açúcar e o abate de frango. No mesmo sentido, entraram em funcionamento, as

indústrias de produtos metálicos, de minerais não metálicos, indústria de vestuário, mobiliária, de bebida, de metalúrgica de base e produtos químicos, que resultou na criação de 2.164 mil novos postos de trabalho directo.

- No âmbito da diversificação da nossa base económica, o turismo continuou como catalisador na integração de vários sectores pela sua natureza transversal, e promovemos um investimento, que se traduziu na entrada em funcionamento de 50 novos empreendimentos turísticos.
- Lográmos resultados substanciais na desburocratização dos processos de licenciamento de novas empresas, da ligação à energia eléctrica para novas empresas, da desburocratização do comércio externo, e do processo de informatização no sector da tributação fiscal, dentre outras acções no quadro da legislação comercial, por forma a atrair investimentos para os sectores chaves do nosso programa de desenvolvimento económico.
- Implementámos reformas para aumentar a transparência no processo orçamental, intensificado medidas de combate à corrupção e branqueamento de capitais, através da expansão do Sistema de Administração Financeira do Estado, introdução do e-SISTAFE para o controlo da despesa e o Subsistema de Planificação e Orçamentação para garantir maior harmonização entre o Plano e o orçamento;
- O Banco de Moçambique fez reformas importantes no quadro institucional de condução da política monetária, com destaque para a introdução da taxa de juro da política monetária, que permite mais transparência e boas práticas internacionais no mecanismo de formação de taxas;

**Caros Colegas;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

(iii). Devido ao contexto empresarial incipiente as matérias de **Governança Corporativa**, ainda constituem um desafio, mesmo assim há avanços a assinalar, nomeadamente:

- Instituímos o Código de Governança Corporativa, para orientar a actuação das empresas, bem como o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique e criámos o Instituto de Governança Corporativa para fortalecer a ligação entre o sector empresarial;
- Registámos avanços na capitalização da Bolsa de Valores, cuja actuação está cada vez mais alinhada às políticas públicas e iniciativas do sector privado, visando o desenvolvimento económico e inclusão financeira;
- Aprovámos a Política de Responsabilidade Social Empresarial na indústria extractiva, com ganhos para as comunidades locais e na gestão ambiental.

#### **Minhas Senhoras e Meus Senhores;**

(iv). Na área temática de **Desenvolvimento Sócio-Económico**, gostaríamos de partilhar os seguintes resultados:

- Registámos avanços na equidade no acesso e participação na educação, sobretudo da rapariga e famílias e grupos vulneráveis e alocámos mais recursos para melhorar as infraestruturas escolares e recrutar mais professores, bem como intensificámos a Educação à distância no nível secundário e fizemos reformas na Educação Profissional;
- Para tornar o ensino mais acessível, eliminámos a taxa de matrícula dos alunos da 1ª e 9ª classes nas escolas públicas, beneficiando mais de **7 milhões** de alunos dos quais mais de **1 milhão** entraram na escola pela primeira vez.

- Aumentámos as infraestruturas sanitárias permitindo serviços a mais pessoas, por exemplo aumentámos partos institucionais de 63,8% em 2012 para 87.1% em 2018, maior acesso a vacinas e saúde sexual e reprodutiva;
- Houve avanços na resposta ao HIV sobretudo na prevenção, áreas de cuidados e tratamento, reduzindo em 9% as novas infecções e em 20% as mortes por HIV entre 2010 e 2019;
- Consolidámos o quadro político-institucional e legal favorável à igualdade de género, aprovando e aplicando, entre outras, a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras.

**Meus Caros Pares;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores;**

De forma sucinta procurei partilhar os progressos que o nosso país alcançou de 2018 a 2020, na acção governativa, em geral, e na concretização das recomendações da avaliação feita em 2018. Apesar de adversidades inéditas que vamos superando com empenho dos moçambicanos, incluindo a prevenção de novos conflitos, mitigação de eventos climáticos extremos, de forma redobrada mantemos viva a agenda de desenvolvimento.

A nossa perspectiva é de que o MARP continue a servir de plataforma que avalia com isenção e honestidade, incentivando as boas práticas e aprimoramento da boa governação.

**Muito obrigado pela vossa atenção.**